



Atlas da
Vulnerabilidade
Social



A Nova Plataforma da Vulnerabilidade Social: primeiros resultados do Índice de Vulnerabilidade Social para a série histórica da Pnad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio

Bárbara Oliveira Marguti
Betty Nogueira Rocha
Carlos Vinícius da Silva Pinto
Marco Aurélio Costa
Rodrigo Luis Comini Curi

RELATÓRIO DE PESQUISA

A NOVA PLATAFORMA DA VULNERABILIDADE SOCIAL: PRIMEIROS RESULTADOS DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL PARA A SÉRIE HISTÓRICA DA PNAD (2011-2015) E DESAGREGAÇÕES POR SEXO, COR E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

Bárbara Oliveira Marguti¹
Betty Nogueira Rocha²
Carlos Vinícius da Silva Pinto³
Marco Aurélio Costa⁴
Rodrigo Luis Comini Curi⁵

1. INTRODUÇÃO

O Atlas da Vulnerabilidade Social (AVS) é uma plataforma digital⁶ de acesso a indicadores relacionados à vulnerabilidade e exclusão sociais, permitindo a consulta ao Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) para distintos recortes territoriais brasileiros: 5.565 municípios, 27 Unidades da Federação (UFs), 20 Regiões Metropolitanas (RMs), suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) e para o agregado do país.

Inicialmente, tomando como referência os resultados dos Censos Demográficos decenais do IBGE, para os anos de 2000 e 2010, buscou-se traduzir num indicador sintético a ausência ou insuficiência de recursos essenciais para o bem-estar e a qualidade de vida da população, conformando situações de vulnerabilidade social, dando origem ao IVS. A metodologia de sua construção observou o mesmo processo de apuração de indicadores realizado no âmbito do Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), produtos da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro (FJP), com o propósito de fornecer subsídios para análises, reflexões e proposições de políticas públicas para superação das desigualdades a que está submetida parcela significativa da população brasileira.

¹ Coordenadora técnica dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

² Pesquisadora dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

³ Pesquisador dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

⁴ Técnico de Planejamento e Pesquisa, Coordenador do INCT Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial e dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

⁵ Pesquisador dos projetos Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e Mapeamento da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.

⁶ A Plataforma da Vulnerabilidade Social pode ser acessada através do endereço: ivs.ipea.gov.br.

A vulnerabilidade social expressa no IVS decorre da seleção de 16 indicadores da Plataforma ADH e está organizada em três dimensões: (i) **infraestrutura urbana** (ii) **capital humano**; e (iii) **renda e trabalho**⁷. Quanto mais alto o IVS de um território, maior é sua vulnerabilidade social e, portanto, maior a precariedade das condições de vida de sua população. Assim, inversamente ao que se observa no IDHM, na régua do IVS quanto mais próximo de 1 está o índice, piores são as condições de vida da população daquele território, ao passo que valores próximos a zero denotam baixa ou inexistente vulnerabilidade social.

Os dados disponíveis na nova versão da Plataforma IVS, que foi ao ar em 2017, mantêm os indicadores produzidos para os anos 2000 e 2010 e apresentam duas inovações: a primeira é o cálculo dos indicadores, dimensões e índices tomando por referência os dados brutos produzidos pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD/IBGE), de 2011 a 2015; a segunda é a possibilidade de consulta ao mesmo conjunto de dados em sua versão desagregada por sexo (mulher/homem), cor (negro/branco) e situação de domicílio (rural/urbano). As funcionalidades de consulta desses dados servirão de subsídio para consultas em tela, consultas cartográficas, *download* dos dados e das bases completas, possibilitando a elaboração de estudos, diagnósticos, políticas públicas, programas e ações que possibilitem o enfrentamento das flagrantes desigualdades sociais de distintos estratos da população.

Ainda que avanços significativos nos indicadores de desenvolvimento humano tenham sido observados na comparação dos anos 2000 para 2010, nota-se que os mecanismos de reprodução das desigualdades no Brasil são mais complexos e não são de simples superação, vez que estão associados a questões históricas, sociais, culturais e políticas da formação da sociedade brasileira. Neste sentido, um dos aspectos centrais na agenda de desenvolvimento brasileiro é o enfrentamento da assimetria de oportunidades expressas nas trajetórias de vida de mulheres e homens, negras/negros e brancas/brancos, residentes no campo ou na cidade. Evidentemente, o enfrentamento de tais fenômenos esbarra, na maioria das vezes, na escassez de dados e de informações, em limitações metodológicas para a produção dos mesmos, tornando ainda mais desafiadora a tarefa de conformação de uma agenda voltada à superação dessas desigualdades.

⁷ A dimensão **Infraestrutura Urbana** é composta três indicadores: % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; % da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo; % de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Por sua vez, a dimensão **Capital Humano** é composto por oito indicadores, a saber: Mortalidade até 1 ano de idade; % de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; % de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; % de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; % de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010). E por fim, a dimensão **Renda e Trabalho** é composta por cinco indicadores: Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010); Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; % de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos; Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade.

O objetivo desta nova versão da Plataforma IVS é dar visibilidade aos indicadores e índices que evidenciam as diversas nuances das vulnerabilidades e desigualdades a fim de subsidiar estudos, diagnósticos, e a concepção de políticas públicas, programas e ações comprometidas com a geração e manutenção de oportunidades equitativas para as pessoas, observando as persistentes iniquidades de gênero, raça e da situação de domicílio, reconhecendo e valorizando os modos de vida das populações do campo e da cidade.

2. A NOVA PLATAFORMA DO ATLAS IVS

2.1. A série histórica da PNAD (2011-2015)

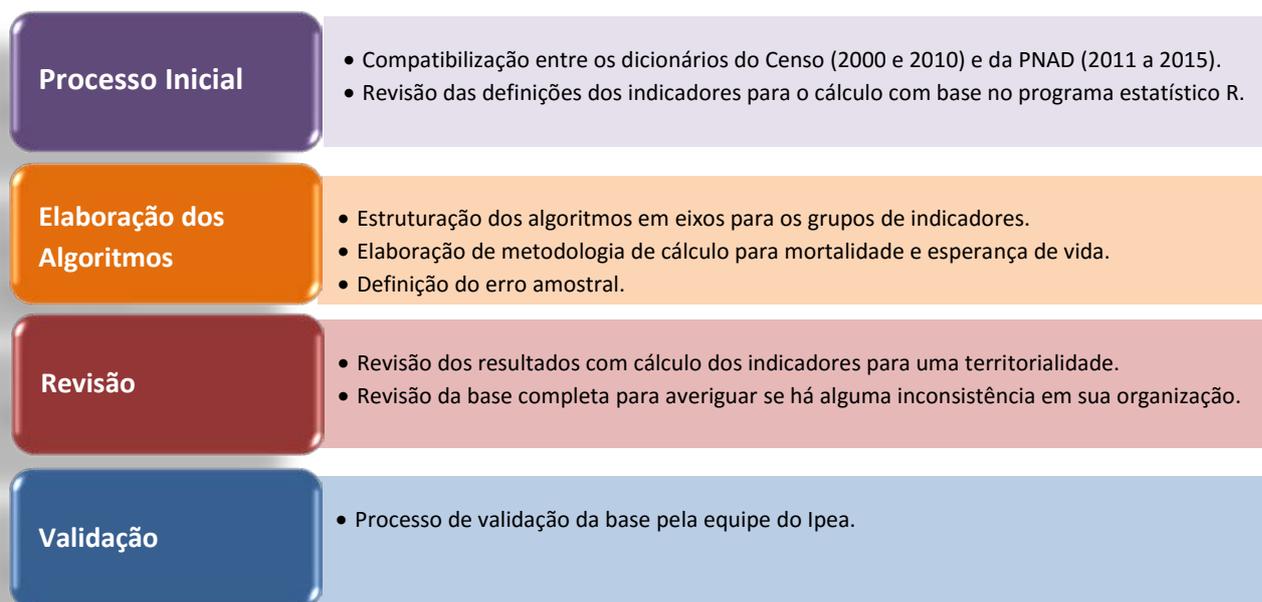
O processo de construção da nova versão da Plataforma IVS envolveu distintas etapas (figura 1) e inúmeros ajustes metodológicos devido à complexidade das bases utilizadas e particularidades inerentes às desagregações.

Os avanços na produção de indicadores, dimensões e índices a partir dos dados brutos das PNADs (2011 a 2015) exigiu, inicialmente, um esforço de compatibilização e adaptação entre os dicionários de variáveis do Censo e os da PNAD. Considerando as alterações e diferenças metodológicas, tanto no que se refere à abrangência, quanto ao formato de captação, a compatibilização de variáveis teve o intuito de uniformizar as informações ao longo do tempo a fim de minimizar possíveis incompatibilidades entre as séries das duas pesquisas.

Para o cálculo de determinados indicadores foram utilizados filtros em algumas variáveis a fim manter uniformidade com a metodologia utilizada pelo IBGE⁸. Dentre as opções metodológicas mais gerais, alguns aspectos merecem destaque: (i) os dados demográficos, (ii) o tratamento da renda e, por fim, (iii) a mortalidade e esperança de vida, que serão detalhados a seguir.

⁸ A metodologia está descrita na Nota Técnica do IBGE disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/84.pdf.

Figura 1: Etapas para a preparação das bases desagregadas do IVS PNAD e Censos



Fonte: [Ipea](#), 2017.

Dados demográficos

Um dos aspectos inovadores da nova Plataforma IVS é a consulta de desagregações cruzadas como, por exemplo, a “*taxa de analfabetismo de mulheres negras em situação de domicílio rural*”. Dada essa possibilidade de combinação de dados, não foi possível a utilização do Censo Universo para o cálculo dos indicadores demográficos, uma vez que o IBGE disponibiliza dados desagregados pré-determinados para o Censo Universo, não sendo possível buscar novas desagregações. Assim, optou-se pela utilização da base de dados do Censo Amostra, tanto para o cálculo dos indicadores demográficos, como para os demais indicadores disponíveis na plataforma. Esta metodologia permite ao usuário consultas e combinações de dados desagregados por cor, sexo e situação de domicílio.

Considerando o fato de o cálculo dos indicadores demográficos disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) ter sido realizado com base no Censo Universo, há a possibilidade de uma pequena divergência entre os indicadores demográficos disponíveis na Plataforma ADH e na nova Plataforma do IVS. É importante destacar que, tal como observado no ADH, as variáveis demográficas disponíveis por diferentes sistemas de informações para o ano de 2000 não disponibilizam desagregação de dados por situação de domicílio. Tal desagregação somente foi disponibilizada no Censo 2010 após alterações no instrumento de coleta de dados⁹.

⁹ Sobre este assunto ver *Desenvolvimento Humano para Além das Médias*. Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/20170510_PNUD_ParaAlemdasMedias.pdf.

Já para o cálculo das taxas de fecundidade total, razão de dependência total e o índice de envelhecimento foram utilizados os mesmos parâmetros adotados pelo IBGE. A taxa de fecundidade total foi calculada pela razão entre o total de filhos tidos por mulheres de 15 a 49 anos, nascidos vivos ou mortos, e a população de mulheres nessa faixa etária. A dependência total foi calculada pela razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população em idade potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). E, por fim, o índice de envelhecimento¹⁰ foi dado pela relação existente entre o número de idosos e o de jovens, isto é, relação entre a população de 65 anos ou mais de idade e a população de 0 a 14 anos de idade¹¹.

Renda

Ainda que partam da concepção de renda monetária bruta e captem um conjunto semelhante de informações, os dados dos Censos e das PNADs são apresentados em níveis de desagregações distintos e as dificuldades de tratamento dos dados relacionados à variável renda ocorrem, reconhecidamente, devido a diferenças conceituais, amostrais e na coleta de dados (Rocha, 2003; Souza, 2013). A difícil captação em pesquisas domiciliares não se restringe apenas às diversas questões conceituais e amostrais mas, sobretudo, devido às diferenças relacionadas à coleta e ao tratamento de dados. No que se refere à coleta de dados, faz-se necessário reconhecer as irreversíveis discrepâncias decorrentes da qualidade do processo de captação das informações, ou seja, do treinamento dos entrevistadores, da sua capacidade de sensibilizar o entrevistado em fornecer os dados solicitados, da duração da entrevista, etc. Por outro lado, as dificuldades no tratamento de dados resultam da ausência de informações seja pela não-resposta, por dificuldade de estabelecer contato com o informante, ou ainda pela ausência de dados de indivíduos que não quiseram ou não souberam responder alguma das perguntas sobre rendimentos.

Conforme atestam diversos autores (Rocha, 2003; Cortez et al, 2010; Souza, 2013), o levantamento de dados sobre os rendimentos pode ser considerado mais sensível ou até mesmo confidencial e, portanto, mais suscetível à não-resposta. Usualmente, estes desvios de caráter não amostral são ajustados e harmonizados utilizando-se técnicas estatísticas que permitem o tratamento de imputação dos rendimentos referente à informação de renda ignorada ou nula¹².

¹⁰ De acordo com Closs e Schwank (2012), este índice “avalia o processo de ampliação do segmento idoso na população total em relação à variação relativa no grupo etário jovem, sendo obtido por meio da razão entre a população idosa e a população jovem” e, desta maneira, possibilita “observar a evolução do ritmo de envelhecimento da população, comparativamente entre áreas geográficas e grupos sociais e pode, assim, subsidiar a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde e de previdência social” (Closs e Schwank, 2012, p. 443).

¹¹ A definição da taxa de dependência total e o índice de envelhecimento foram consultados no Atlas do Censo Demográfico 2010.

¹² Os principais métodos de imputação de renda podem ser consultados na Nota Metodológica Renda produzida para o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, produto da parceria entre o Programa

Mortalidade e esperança de vida

Na impossibilidade de replicar a metodologia adotada para os indicadores de esperança de vida, mortalidade infantil de 1 e 5 anos, utilizou-se uma estimativa adotando o modelo de regressão linear múltipla. Com base nos dados disponibilizados pela Plataforma ADH, foram elencadas as variáveis para a regressão a fim de estabelecer a relação entre tais indicadores e estimar a esperança de vida.

2.2. Desagregação do IVS: Nota Conceitual

A desagregação dos dados dos Censos Demográficos 2000 e 2010 e das PNADs de 2011 a 2015 por sexo, cor e situação de domicílio colocam em evidência as distintas trajetórias de homens e mulheres, brancos(as) e negros(as), habitantes das zonas urbanas e rurais. Ao mesmo tempo, algumas dificuldades ou limitações técnicas assumiram centralidade e, por vezes, desafiaram a complexidade envolvida neste processo de desagregação.

Primeiramente, as desigualdades sociais no Brasil revelam relações assimétricas entre homens e mulheres em diversas esferas da vida e colocam em pauta o debate sobre igualdade de gênero. A desagregação do IVS por sexo permite a identificação e avaliação dos distintos graus de vulnerabilidade a que mulheres de diversas faixas etárias e cor são submetidas ao longo de sua trajetória de vida. Todavia, a comparabilidade do IVS para o sexo feminino em relação ao masculino encontra limitações em virtude de o índice utilizar em seu cálculo dois indicadores relacionados exclusivamente às mulheres, a saber: *“percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade”* e *“percentual de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos”*.

Sendo assim, o IVS não apresenta resultado para homens, uma vez que possui em sua composição indicadores com cortes de população de referência exclusivos à população feminina. Uma vez que estes os dois indicadores mencionados compõem a Dimensão Capital Humano, não é possível, pela mesma razão, chegar a valores comparativos para a população masculina. Isso ocorre também para outros indicadores disponibilizados na plataforma relacionados exclusivamente às mulheres. Os demais indicadores estão disponíveis tanto para homens, quanto para mulheres.

No que se refere à situação de domicílio, em virtude dos conceitos e critérios utilizados pelo IBGE, as limitações do cálculo são insuperáveis. De um lado, temos os preceitos adotados pela legislação vigente que, *grosso modo*, definem o rural como resquício do urbano. De outro lado, a relação efetiva de complementariedade e interdependência entre o rural e urbano como espaços de vida que se sustentam numa relação dialógica, intercambiando valores materiais e imateriais, embora com particularidades e descontinuidades que resultam em formas territoriais de vida distintas. A perversidade desta desagregação é que os dados disponíveis, tanto no Censo, quanto nas PNADs, seguem a orientação político-administrativa

dos municípios que, por sua vez, se limitam aos dispositivos normativos levando, inequivocamente, a distorções da realidade.

Outro fator importante é que alguns indicadores utilizados no cálculo do IVS já são desagregados, como é o caso daqueles que compõem a dimensão Infraestrutura Urbana, cuja variável “*percentual da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo*” é calculada apenas para domicílios urbanos, impossibilitando a desagregação deste indicador e, conseqüentemente, essa dimensão para os domicílios rurais.

Considerando as variáveis disponíveis sobre cor e raça, assim como diversas pesquisas¹³ sobre o tema, observa-se que a auto identificação de cor ou raça não se dá apenas por atributos físicos relacionados à cor da pele, mas também pelo sentimento de pertencimento a um determinado grupo social. Neste sentido, a pertença racial pode variar, circunstancialmente, ao longo do tempo, denotando relativa fluidez e, portanto, a captação destes dados nas pesquisas do IBGE pode, inevitavelmente, sofrer alterações de um decênio para outro. Para desagregação do IVS por cor, optou-se pelo foco em duas categorias: brancos e negros. Na categoria **negros** considerou-se a **soma de pretos e pardos**. Sendo assim, a soma de brancos e negros não corresponde a 100% da população, visto que indígenas e amarelos não foram classes desagregadas. Para os resultados não desagregados da base são consideradas também as demais categorias de auto identificação, indígena e amarela, assim como os não-declarados.

Sobre a tipologia oficial de rural e urbano, como se sabe ainda hoje no Brasil a definição de rural e urbano remete à legislação brasileira de 1938 fundamentada no Decreto-Lei nº 311, que versava sobre a metodologia de cálculo do grau de urbanização. Independentemente de critérios geográficos, estruturais ou sociais, esta legislação define o grau de urbanização pelo percentual de pessoas residentes em sedes de municípios, vilas ou distrito. Do ponto de vista territorial, esta visão setorializada na qual toda sede de município, “sejam quais forem suas características demográficas e funcionais”, são consideradas cidades, coloca o Brasil, na acepção de Veiga (2000), entre os países mais atrasados do mundo (VEIGA, 2000, p.55).

Basta observar a evolução dos municípios brasileiros para que possamos ter noção das distorções deste fenômeno. Em 1991, o Brasil tinha 4.491 municípios; em 2000 eram 5.507 e em 2010 eram 5.565 municípios, correspondendo a uma taxa de crescimento da ordem de 23,9% no período. Entre 2010 e 2017, foram emancipados mais cinco municípios, totalizando, atualmente, 5.570 municipalidades. Os dois menores municípios brasileiros, de acordo com o Censo 2010 e estimativa populacional de 2016, são Borá (SP), com 805 habitantes, e Serra da Saudade (MG), com 815 habitantes. Em Borá, 77,88% da população reside na área urbana e 22,12% na rural; ao passo que em Serra da Saudade 64,66% residem na urbana e 35,34% na rural. Como consequência deste processo, temos menos de 10% dos municípios brasileiros

¹³ Para consulta sobre o tema sugerimos ver Anjos (2013); Rosa (2011); Osório (2003) e Guimarães (2003).

com população superior a 20.000 habitantes, sendo que deste universo aproximadamente 85% da população reside no meio urbano (Censo Demográfico, 2010).

Evidentemente, as distorções não apenas são perceptíveis como os números denotam seu caráter inverossímil. De acordo com dados do Censo 2010, aproximadamente 84% da população brasileira vive em áreas urbanas, classificadas em área urbanizada, área não urbanizada e área urbana isolada. Por outro lado, os domicílios rurais são aqueles localizados nas áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados. Nesta perspectiva, o rural continua, a priori, sendo captado como resquício do urbano. O Brasil rural, na leitura de Veiga (2002), não pode ser definido apenas por aquilo que está fora do perímetro urbano, menos ainda pelas atividades exclusivamente agropecuárias. O rural é, antes de tudo, um modo de vida e, neste sentido, requer necessariamente uma visão territorial e não setorial.

Com efeito, estes critérios não permitem captar a diversidade do rural e sua relação de complementaridade e interdependência do urbano, tal como citado nas abordagens teóricas mais contemporâneas. Cientes destas inadequações, o IBGE procura a cada recenseamento introduzir variáveis que permitam, em alguma medida, retratar a complexidade da relação rural-urbano, muito embora a área técnica encontre limitações de ordens diversas. No último recenseamento demográfico de 2010, os setores censitários foram agregados em oito subáreas: três subáreas para a situação urbana e cinco para a situação rural (tabela 1).

Tabela 1: Descrição e classificação dos setores censitários do IBGE quanto à situação do domicílio (urbano e rural)

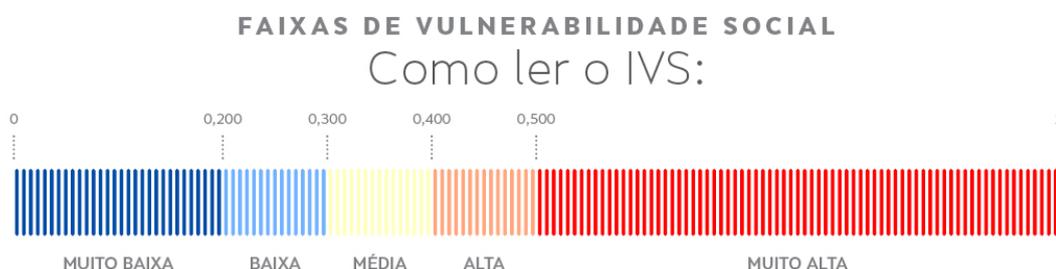
<i>Código Setor</i>	<i>Classificação do setor</i>	<i>Descrição</i>
Situação Urbana		
1	Área urbanizada de cidade ou vila	Áreas legalmente definidas como urbanas e caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana.
2	Área não-urbanizada de cidade ou vila	Áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.
3	Área urbana isolada	Áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
Situação Rural		
4	Aglomerado rural de extensão urbana	Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 Km de distância da área urbana de uma Cidade ou Vila. Constitui simples extensão da área urbana legalmente definida.
5	Aglomerado rural Isolado – povoado	Localidade rural isolada sem caráter privado ou empresarial, não vinculada a um único proprietário do solo. Caracterizado pela existência de serviços para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.
6	Aglomerado rural Isolado – núcleo	Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas, etc.).
7	Aglomerado rural Isolado - outros Aglomerados	Outros tipos de aglomerados rurais que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.).
8	Zona rural, exclusive. Aglomerado rural	Área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural.

Fonte: IBGE. Documentação do Censo Demográfico de 2010.

3. O IVS NO BRASIL: RESULTADOS DE 2011 A 2015

O IVS é composto pela média aritmética de 16 indicadores divididos em três dimensões, a saber: *Infraestrutura Urbana*, *Capital Humano* e *Renda e Trabalho*, as quais compõem o cálculo final do IVS com o mesmo peso. Os valores apresentados pelo Índice (Figura 1) variam entre 0,000 (menor situação de vulnerabilidade) a 1,000 (máxima situação de vulnerabilidade) e são compreendidos como *muito baixa* vulnerabilidade social (valores entre 0,000 e 0,200), *baixa* (entre 0,201 e 0,300), *média* (entre 0,301 e 0,400), *alta* (0,401 e 0,500) e, por fim, *muito alta* quando apresentam valores entre 0,500 e 1,000.

Figura 2: Faixas de vulnerabilidade social



Fonte: Ipea, 2017.

Apesar das diferenças metodológicas existentes entre os dados obtidos pelos Censos 2000 e 2010 e daqueles produzidos pelas PNADs 2011-2015¹⁴, a comparação dos resultados permite observar as tendências atualizadas do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e suas dimensões. Dito isto, todas as referências ao período 2000-2010 referem-se aos dados produzidos no âmbito do Censo Demográfico (Censo), assim como o período 2011-2015 refere-se àqueles produzidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

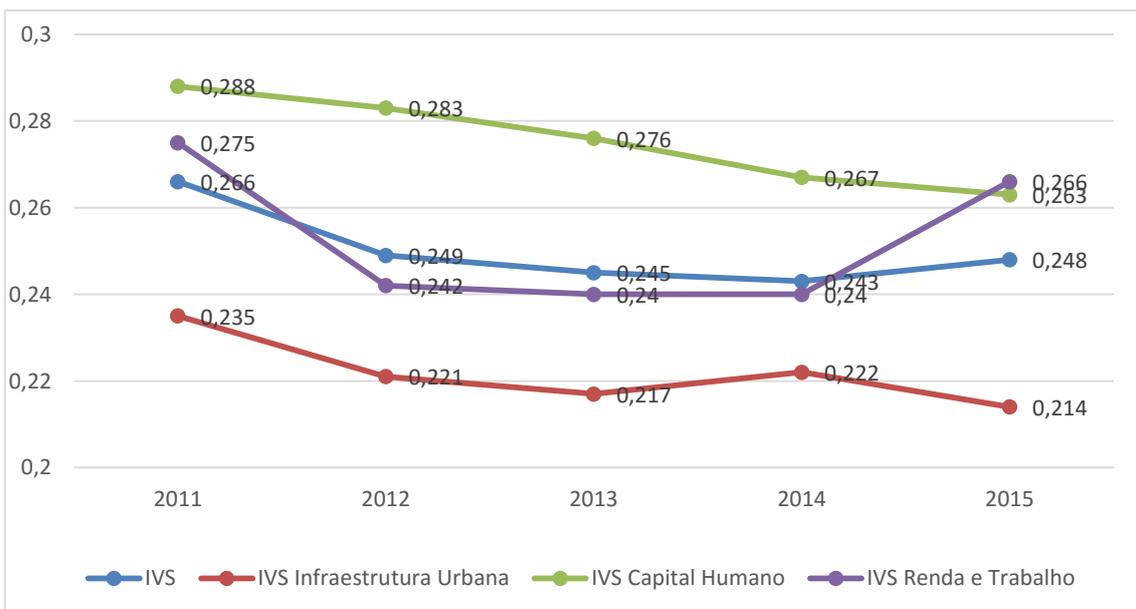
No período 2000-2010, a redução do IVS no Brasil foi de 27% e significou a passagem da faixa de *alta* para *média* vulnerabilidade social. Ainda que este avanço tenha sido significativo para o país, um notável desempenho é observado entre 2010 e 2011 – ressalvadas as diferenças metodológicas entre Censo (2010) e PNAD (2011), com a redução de 18% do IVS, passando de 0,326 para 0,266, que, conseqüentemente, alterou a posição do Brasil da faixa de *média* vulnerabilidade social para a *baixa* vulnerabilidade social em apenas um ano.

A partir de 2011, o Brasil se manteve na faixa de *baixa* vulnerabilidade social, entretanto a redução foi menos expressiva do que a observada na década 2000-2010. A taxa média de redução anual entre 2011-2015 foi de 1,75%, ao passo que no período 2000-2010 esta taxa foi da ordem de 2,7%. Entre 2011-2015, o IVS do Brasil passou de 0,266 para 0,248, o que caracteriza uma redução de 7%, menos significativa que a observada em 2000-2010 (27%).

¹⁴ Trata-se das diferenças amostrais, conceituais e na coleta e tratamento das informações observadas nas metodologias adotadas pelas referidas pesquisas.

Apesar de mantida a tendência de redução da vulnerabilidade social nos últimos cinco anos analisados, constata-se a perda desta dinâmica em comparação ao período anterior. Além disso, a partir de 2014, o IVS não apresentou redução de valores, mas sim um aumento de 2%, saindo de 0,243 em 2014 para 0,248 em 2015. Este pequeno aumento de 0,005 pode significar um ponto de inflexão na curva da redução da vulnerabilidade social, como demonstra o Gráfico 1, que mostra o comportamento dos resultados do IVS e suas três dimensões no período de 2011 a 2015.

Gráfico 1: Redução do IVS e suas três dimensões no Brasil, 2011 – 2015.



Fonte: Ipea, 2017.

3.1. Resultados das dimensões do IVS para o Brasil (2011 – 2015)

Observando os resultados das dimensões que compõem o IVS para o Brasil, é possível compreender o nível de participação de cada uma na composição do resultado do IVS geral no período analisado. A tendência de evolução das três dimensões para o período 2011-2015 não seguiu o mesmo comportamento registrado para o período 2000-2010.

Ao contrário do que ocorreu na década de 2000-2010, em que o IVS Renda e Trabalho teve a maior participação na diminuição da vulnerabilidade social no país (-34%), esta dimensão registrou dinâmicas distintas ao longo do tempo no período que correspondente a 2011-2015. Até 2013, observou-se uma redução significativa de 12,7% do IVS Renda e Trabalho (0,240), em comparação a 2011. Em 2014, ocorre uma aparente estagnação e o índice permanece em 0,240. De 2014 para 2015 é registrado um aumento equivalente a 10,8%, responsável pela piora desse índice. Ainda assim, quando considerado todo o período (2011-2015), a dimensão Renda e Trabalho apresenta redução da vulnerabilidade igual a 3,3% – menor redução dentre as três dimensões do IVS.

O IVS Capital Humano registou a segunda maior redução entre 2011-2015 – 8,7%, ou taxa média negativa de 2,2% ao ano. Isso significa que, mesmo com um leve declínio, houve uma tendência de diminuição da vulnerabilidade social similar à observada para o período 2000-2010, igual a 2,8% ao ano. Em termos absolutos, os valores passaram de 0,288 em 2011 para 0,263 em 2015, ambos na faixa da *baixa* vulnerabilidade social.

Por fim, o IVS Infraestrutura Urbana apresentou a maior participação na redução do IVS geral. Essa redução foi de 9% entre 2011-2015, o que representou uma taxa média de redução de 2,25% ao ano, mais elevada que a observada entre 2000-2010, igual a 1,6%.

Tabela 2: Valores IVS e dimensões, 2000, 2010, 2011 e 2015 e variações nos períodos

<i>Brasil</i>	<i>2000*</i>	<i>2010*</i>	<i>2011**</i>	<i>2015**</i>	<i>Var. 2011-2015</i>	<i>Var. 2000-2010</i>
<i>IVS</i>	0,446	0,326	0,266	0,248	-7%	-27%
<i>IVS-IU</i>	0,351	0,295	0,235	0,214	-8,94%	-16%
<i>IVS-CH</i>	0,503	0,362	0,288	0,263	-8,68%	-28%
<i>IVS-RT</i>	0,484	0,32	0,275	0,266	-3,27%	-33,9%

Fonte: Ipea, 2017. *Base de dados Censos Demográficos. **Base de dados PNADs.

A Tabela 3 demonstra que entre 2011-2015 o Brasil não experimentou mudanças de faixa na régua da vulnerabilidade social, seja para o IVS geral, seja para as três dimensões que compõem o Índice.

Tabela 3 :Registro dos valores do IVS e suas três dimensões de 2011 a 2015

<i>Ano</i>	<i>IVS</i>	<i>IVS Infraestrutura Urbana</i>	<i>IVS Capital Humano</i>	<i>IVS Renda e Trabalho</i>
<i>2011</i>	0,266	0,235	0,288	0,275
<i>2012</i>	0,249	0,221	0,283	0,242
<i>2013</i>	0,245	0,217	0,276	0,24
<i>2014</i>	0,243	0,222	0,267	0,24
<i>2015</i>	0,248	0,214	0,263	0,266

Fonte: Ipea, 2017.

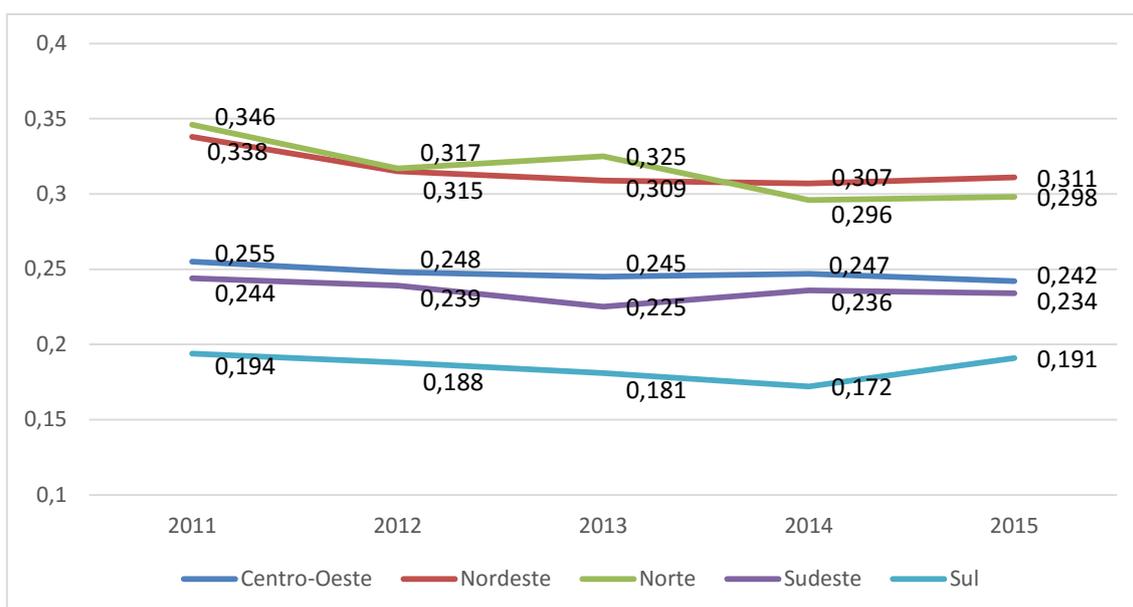
4. O IVS NAS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS

O desempenho da redução do IVS observado para os dez anos da década passada foi superior a 25% em todas as macrorregiões brasileiras. Destaca-se o comportamento de redução apresentado pelas regiões Sul (33%) e Centro-Oeste (30,6%). No que diz respeito a deslocamentos das regiões nas faixas de vulnerabilidade social, nota-se a mudança de *muito alta* para *alta* vulnerabilidade social no Norte e Nordeste, de *alta* para *média* no Centro-Oeste

e de *alta* para *baixa* no Sudeste, enquanto a região Sul manteve-se na faixa do *baixo* IVS tanto em 2000 quanto em 2010.

A tendência observada no comportamento do IVS nas macrorregiões brasileiras entre 2011-2015 indica que, mesmo com considerável diminuição na evolução percentual anual, a redução da vulnerabilidade social continuou acontecendo e foi mais significativa na macrorregião Norte (14%) e menos relevante na macrorregião Sul (2%). Mesmo com o baixo desempenho apresentado no período, sobretudo na região Sul, não houve aumento da vulnerabilidade social em nenhuma macrorregião do país. O gráfico abaixo mostra o comportamento do IVS nas cinco macrorregiões entre os anos de 2011 a 2015.

Gráfico 2: Evolução do IVS nas macrorregiões brasileiras (2011 a 2015)



Fonte: Ipea, 2017.

Percebe-se que, entre os anos analisados, o padrão de desempenho na redução da vulnerabilidade social não foi linear, ou seja, entre os anos 2011 e 2015 houve oscilação no comportamento do IVS em todas as macrorregiões do país. Nordeste e Sul apresentaram redução contínua até 2014 e reversão da tendência em 2015. Sudeste e Centro-Oeste registraram queda do índice até 2013, aumento em 2014 e uma ligeira melhora em 2015. No caso do Sudeste, esta melhora não atingiu o patamar registrado em 2013. Já o Norte tem maior oscilação no período, praticamente num efeito gangorra, com redução do índice até 2012, aumento em 2013, novamente redução em 2014 e um pequeno aumento em 2015.

4.1. As dimensões do IVS nas macrorregiões brasileiras: breves considerações

Entre 2011 e 2015, o IVS Capital Humano apresentou maior redução nas macrorregiões Sul (17,7%), Sudeste (11,61%) e Norte (8%). No Nordeste e Centro-Oeste, as reduções observadas foram menos significativas (4,5% e 6,5%, respectivamente).

Tabela 4: Valores do IVS Capital Humano nas macrorregiões brasileiras entre 2011 e 2015

<i>Macrorregião</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>Var. 2011-2015(%)</i>
<i>CENTRO-OESTE</i>	0,260	0,258	0,265	0,25	0,243	-6,54%
<i>NORDESTE</i>	0,378	0,370	0,370	0,359	0,361	-4,50%
<i>NORTE</i>	0,379	0,374	0,363	0,339	0,348	-8,18%
<i>SUDESTE</i>	0,224	0,223	0,212	0,207	0,198	-11,61%
<i>SUL</i>	0,243	0,236	0,221	0,210	0,200	-17,70%

Fonte: Ipea, 2017.

Para os resultados do IVS Renda e Trabalho, destaca-se a diminuição da vulnerabilidade social nas regiões Norte e Nordeste, ambas com redução de 10%. Destacam-se também o baixo desempenho da região Centro-Oeste, com redução de apenas 1% na vulnerabilidade em Renda e Trabalho, e o aumento da vulnerabilidade em 9,4% na região Sudeste, entre 2011 e 2015.

Este subíndice apresentou melhor desempenho na maioria de seus indicadores em quase todas as macrorregiões, contudo houve uma redução na tendência de avanço se comparado ao desempenho da década de 2000-2010, em que o Sul registrou redução superior a 40%, por exemplo. Entre 2011-2015 a redução da vulnerabilidade social nesta dimensão ocasionou a mudança de faixas do IVS em duas macrorregiões: o Nordeste saiu da faixa de *alto* para *médio* IVS e o Sul passou de *baixo* para *muito baixo* IVS.

Tabela 5: Valores do IVS Renda e Trabalho nas macrorregiões brasileiras entre 2011 e 2015

<i>Macrorregião</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>Var. 2011-2015(%)</i>
<i>CENTRO-OESTE</i>	0,203	0,189	0,19	0,187	0,201	-1%
<i>NORDESTE</i>	0,402	0,355	0,347	0,342	0,361	-10,2%
<i>NORTE</i>	0,358	0,322	0,318	0,306	0,323	-9,8%
<i>SUDESTE</i>	0,212	0,183	0,185	0,191	0,232	9,4%
<i>SUL</i>	0,202	0,179	0,171	0,169	0,186	-7,9%

Fonte: Ipea, 2017.

A dimensão Infraestrutura Urbana registrou valores inferiores a 0,300 nas cinco macrorregiões brasileiras em 2015, apresentando valores entre 0,187 e 0,282, que correspondem às faixas de *baixa* e *muito baixa* vulnerabilidade social nesta dimensão. Cabe destacar que a região Sul, apesar de manter-se com os melhores resultados nesta dimensão, foi a única que apresentou aumento da vulnerabilidade social entre 2011 e 2015 (36%), passando de 0,137 em 2011 para 0,186 em 2015.

Tabela 6: Valores do IVS Infraestrutura Urbana nas macrorregiões brasileiras entre 2011 e 2015

<i>Região</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>Var. 2011-2015(%)</i>
<i>CENTRO-OESTE</i>	0,301	0,296	0,280	0,303	0,282	-6,3%
<i>NORDESTE</i>	0,235	0,219	0,209	0,220	0,212	-9,8%
<i>NORTE</i>	0,302	0,255	0,294	0,243	0,223	-26,2%
<i>SUDESTE</i>	0,294	0,311	0,279	0,308	0,273	-7,1%
<i>SUL</i>	0,137	0,148	0,152	0,136	0,186	35,8%

Fonte: Ipea, 2017.

5. O IVS NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS

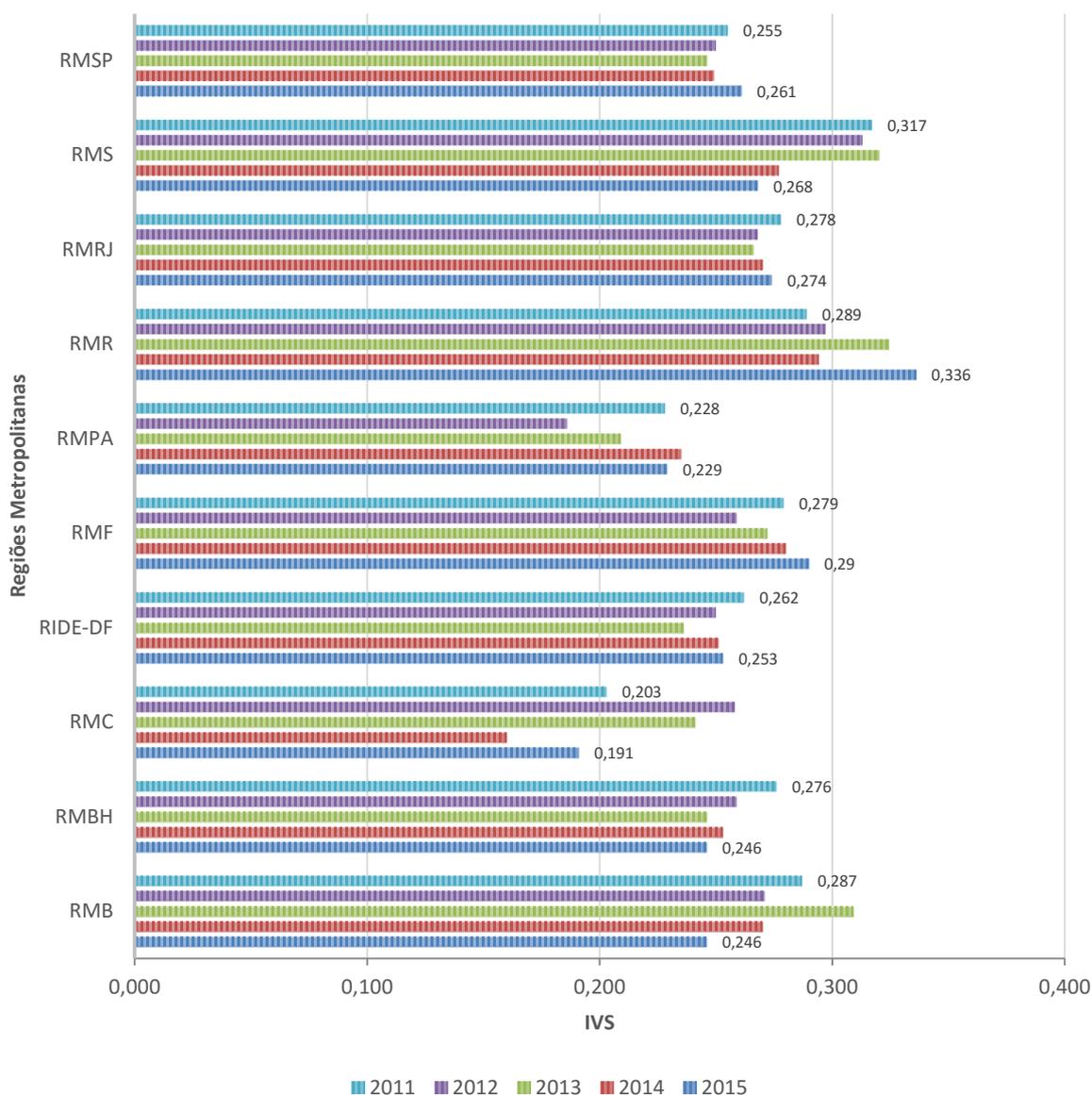
O IVS calculado com base nos indicadores da PNAD para os anos de 2011 a 2015 possui informações para nove Regiões Metropolitanas (RMs) e para a Ride do Distrito Federal (Ride/DF)¹⁵. Os resultados do IVS apresentados para estas áreas metropolitanas não apresentam o mesmo comportamento na redução da vulnerabilidade social daquele observado entre os anos 2000-2010, quando todas as RMs e Ride-DF registraram diminuição da vulnerabilidade social em patamares superiores a 22%. Por meio do Gráfico 3, podemos observar que na série histórica 2011-2015 o conjunto de RMs oscila para baixo e para cima, sem um padrão aparente.

Quatro RMs tiveram aumento da vulnerabilidade social ao final do período (2015), as RMs de: Porto Alegre, Fortaleza, São Paulo e, com destaque, Recife, que viu sua vulnerabilidade social ampliada em 16%. Para fins de comparação, a RM de Recife havia reduzido sua vulnerabilidade social em 24% no período 2000-2010.

As outras cinco RMs e a Ride-DF tiveram, ainda que em baixas proporções, a redução da situação de vulnerabilidade social entre 2011-2015, com destaque para a RM de Salvador (queda de 15,5%) e para a RM de Belo Horizonte (queda de 10,5%).

¹⁵ Além da RIDE-DF, as RMs contempladas pelas PNADs são as de: Belém (RMB), Belo Horizonte (RMBH), Curitiba (RMC), Fortaleza (RMF), Porto Alegre (RMPA), Recife (RMR), Rio de Janeiro (RMRJ), Salvador (RMS) e São Paulo (RMSP).

Gráfico 3 : Evolução do IVS nas Regiões Metropolitanas brasileiras (2011-2015)



Fonte: Ipea, 2017.

Na comparação com os anos 2000 e 2010, Fortaleza havia registrado a maior redução entre as nove RMs (28%), e nos anos subsequentes a RM apresentou um aumento de 4% no índice. Salvador (15,5%), Belém (14%) e Belo Horizonte (11%) foram as únicas RMs a registrar redução acima de 10% entre 2011 e 2015. Juntamente com Fortaleza, os destaques negativos desta avaliação foram apresentados por Recife, com o crescimento da vulnerabilidade social em 16%, São Paulo (2%) e Porto Alegre (0,4%). A tabela 7 mostra as diferenças na proporção da redução da vulnerabilidade social nas RMs em ambas as séries históricas. As RMs que em 2010 ainda encontravam-se na faixa *média* chegaram, em 2015, à faixa da *baixa* vulnerabilidade social, com exceção da RM de Salvador, que a despeito de ter apresentado a maior redução da vulnerabilidade social no período 2011-2015, permaneceu na faixa da *média* vulnerabilidade social.

Tabela 7: Faixas e variação do IVS nas RMs, 2000-2010 e 2011-2015 (%)

Região	Var. 2000-2010 (%)	Faixas IVS		Var. 2011-2015 (%)
		2010*	2015**	
Metropolitana				
RMB	23%	●	●	14,3%
RMBH	28%	●	●	10,9%
RMC	27%	●	●	5,9%
RIDE-DF	26%	●	●	3,4%
RMF	28%	●	●	-3,9%
RMPA	24%	●	●	-0,4%
RMR	24%	●	●	-16,3%
RMRJ	22%	●	●	1,4%
RMS	23%	●	●	15,5%
RMSP	23%	●	●	-2,4%

Fonte: Ipea, 2015; Ipea, 2017. *Base de dados Censos Demográficos. **Base de dados PNADs.

Legenda: ● Médio IVS; ● Baixo IVS.

5.1. As dimensões do IVS nas Regiões Metropolitanas brasileiras (2011 – 2015)

No que concerne aos resultados apresentados para as dimensões do IVS, destaca-se a redução do **IVS Capital Humano** nas RMs de Curitiba (25%), Porto Alegre (23%) e Ride do DF (21%). Nesta dimensão, apenas Recife apresentou estagnação em seus valores.

O **IVS Renda e Trabalho** apresentou redução apenas em Curitiba (8%) e Salvador (5%), ambas abaixo dos 10% de queda. O grande destaque é a piora dos indicadores que compõem esta dimensão em oito RMs analisadas. São Paulo apresentou crescimento de 22% na vulnerabilidade social deste subíndice, seguida por Belo Horizonte (20%) e Porto Alegre (13%). Na análise feita para o intervalo entre os anos 2000 e 2010, o percentual de diminuição dos valores apresentados por essas RMs variou entre 24% a 48%.

A dimensão **Infraestrutura Urbana**, por sua vez, apresentou resultados menos significativos na redução de seus valores entre 2000 e 2010, sendo a dimensão que menos contribuiu para a redução do IVS geral. Ao analisar os anos seguintes, percebe-se que entre 2011-2015 a tendência de redução se manteve em quatro RMs, com destaque para Belém e Salvador, ambas com queda de 31%, e Belo Horizonte, com 24%. A exceção, nesse caso, foi São Paulo, que em 2015 se manteve com o mesmo valor apresentado em 2011 (0,403). Contudo, Recife (43%), Curitiba (19%), Fortaleza (18%) e Porto Alegre (15%) registraram piora significativa nos indicadores que compõem esta dimensão, ou seja, aumento na vulnerabilidade social.

Tabela 8: IVS e Redução do IVS Por Dimensões – Regiões Metropolitanas – 2011-2015

RM	IVS Geral		Var (%)	IVS Infraestrutura Urbana		Var (%)	IVS Capital Humano		Var (%)	IVS Renda e Trabalho		Var (%)
	2011	2015		2011	2015		2011	2015		2011	2015	
BRASIL	0,266	0,248	-6,8	0,235	0,214	-8,9	0,288	0,263	-8,7	0,275	0,266	-3,3
RMB	0,287	0,246	-14,3	0,305	0,211	30,8	0,268	0,235	12,3	0,287	0,29	1,0
RMBH	0,276	0,246	-10,9	0,389	0,297	23,7	0,241	0,204	15,4	0,197	0,237	20,3
RMC	0,203	0,191	-5,9	0,209	0,248	18,7	0,234	0,175	25,2	0,166	0,152	-8,4
RIDE-DF	0,262	0,253	-3,4	0,385	0,401	4,2	0,229	0,181	21,0	0,173	0,177	2,3
RMF	0,279	0,29	3,9	0,273	0,321	17,6	0,298	0,276	-7,4	0,267	0,273	2,2
RMPA	0,228	0,229	0,4	0,257	0,296	15,2	0,261	0,201	23,0	0,167	0,189	13,2
RMR	0,289	0,336	16,3	0,272	0,388	42,6	0,279	0,278	-0,4	0,317	0,343	8,2
RMRJ	0,278	0,274	-1,4	0,418	0,41	-1,9	0,211	0,187	11,4	0,206	0,225	9,2
RMS	0,317	0,268	-15,5	0,385	0,264	31,4	0,252	0,24	-4,8	0,313	0,298	-4,8
RMSP	0,255	0,261	2,4	0,403	0,403	0,0	0,185	0,166	10,3	0,175	0,213	21,7

Fonte: Ipea, 2017.

6. O IVS DESAGREGADO POR COR, SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO NO BRASIL E MACRORREGIÕES

Com o propósito de fornecer informações que possibilitem o entendimento das diferentes manifestações de desigualdade expressas na sociedade brasileira, a nova fase de produção do Índice de Vulnerabilidade Social permite compreender melhor a dimensão da vulnerabilidade social do Brasil. Os dados que compõem o Índice foram desagregados por sexo, cor e situação de domicílio, possibilitando que os usuários da plataforma do Atlas tenham conhecimento mais amplo sobre os distintos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

Em 2015, o Brasil encontrava-se na faixa de baixa vulnerabilidade social. Isso significa que, em termos agregados, no período de 2000 a 2015, o país deixou de apresentar valores

que o caracterizavam como um território de alta vulnerabilidade social. No entanto, mesmo com significativos avanços, ao desagregarmos estas informações, podemos observar as desigualdades latentes entre negros e brancos, mulheres e homens, ou indivíduos que residem em áreas rurais ou urbanas, denotando as diferentes faces das desigualdades para distintos extratos da nossa sociedade.

6.1. Resultados do IVS desagregado para o Brasil

Um dos aspectos importantes para a compreensão da incidência da vulnerabilidade social de um cidadão que nasce no Brasil está intimamente condicionado à cor de sua pele. Embora reconheçamos a extensa e diversa literatura sobre cor e, por sua vez, raça, as informações desta desagregação dá importantes subsídios para reflexão sobre as desigualdades entre negros e brancos.

Os dados disponíveis na tabela 9 mostram que, em 2000, a vulnerabilidade social de pessoas negras era 49% maior que de pessoas brancas e esta diferença continuou alta em 2010, igual a 48%. Em números absolutos, os resultados evidenciam que a desigualdade de cor continua significativa, ou seja, os dez anos de referência não foram suficientes para minimizar ou reduzir esta desigualdade.

No que diz respeito às dimensões do IVS, a que apresentou valores com maior diferença entre negros(as) e brancos(as) em 2000 foi IVS Capital Humano (52%). Em 2010, se considerarmos as dimensões Capital Humano e Renda e Trabalho, este valor é ainda mais significativo e reforça a desigualdade em torno de 56%. Vale destacar que a dimensão Infraestrutura Urbana foi a única a apresentar redução na desigualdade: em 2000 representava 48% e em 2010 passou para 31%.

Em 2011, a diferença entre o IVS de negros e de brancos continuou acima dos 45% (Tabela 9). No entanto, a redução da vulnerabilidade social dos negros entre 2011 e 2015 fez com que, pela primeira vez, a população negra ocupasse a mesma faixa de vulnerabilidade social que a população branca, ambas na faixa de *baixa* vulnerabilidade social, ainda que com uma diferença substancial entre elas (37%).

Seguindo a mesma tendência da década anterior, as maiores diferenças continuam na dimensão Capital Humano, com leve redução da vulnerabilidade social (49%) em 2011, e novo crescimento em 2015 (57%), assim como na dimensão Renda e Trabalho, que cresce 50%. A menor disparidade entre negros e brancos é observada novamente na dimensão Infraestrutura Urbana, onde a diferença passou a ser de 5%.

Em consequência da estrutura de composição dos indicadores que formam o IVS, alguns valores não estão disponíveis para todos os níveis de desagregações. Por isso, é apresentada aqui uma análise dos resultados em forma de cruzamentos, permitindo o entendimento aprofundado das diferenças entre as desagregações disponíveis. A tabela 10 mostra os valores e níveis de desagregações disponíveis no IVS.

Para a análise da desagregação, optou-se por observar o comportamento dos resultados nas dimensões do IVS para mulheres (negras e brancas) e homens (negros e

brancos) por situação de domicílio. Com isso, observa-se (tabela 10) que, em 2000, a maior diferença entre mulheres brancas e negras no urbano está na dimensão Capital Humano, igual a 51%. Em 2010 essa diferença aumenta para 53%, quando a maior disparidade passa a ser dimensão Renda e Trabalho, igual a 56%.

No rural, a situação de vulnerabilidade social da mulher negra é mais expressiva. Todavia, se considerarmos a diferença entre negras e brancas, tanto no urbano, quanto no rural, constata-se uma desigualdade menor.

Tabela 9: IVS e dimensões por desagregação de cor. Brasil 2000-2010 e 2011-2015.

Índice e dimensões	2000*		2010*		2011**		2015**	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
IVS	0,364	0,541	0,255	0,377	0,214	0,310	0,206	0,283
IVS Infraestrutura Urbana	0,285	0,423	0,251	0,330	0,197	0,261	0,212	0,222
IVS Capital Humano	0,403	0,612	0,266	0,414	0,228	0,340	0,199	0,312
IVS Renda e Trabalho	0,403	0,588	0,248	0,387	0,215	0,330	0,209	0,314

Fonte: Ipea, 2017. *Base de dados Censos Demográficos. **Base de dados PNADs.

Tabela 10: Valores do IVS e dimensões, por desagregação, Brasil, 2000-2010

	IVS		IVS Infraestrutura Urbana				IVS Capital Humano				IVS Renda e Trabalho						
	urbano		rural		urbano		rural		urbano		rural		urbano		rural		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
BRASIL	mulher negra	0,509	0,358	-	-	0,401	0,305	-	-	0,566	0,381	0,848	0,632	0,559	0,388	0,707	0,580
	mulher	0,358	0,249	-	-	0,280	0,249	-	-	0,376	0,249	0,669	0,469	0,419	0,248	0,581	0,439
	branca																
	homem negro	-	-	-	-	0,449	0,349	-	-	-	-	-	-	0,514	0,305	0,691	0,566
	homem branco	-	-	-	-	0,316	0,285	-	-	-	-	-	-	0,335	0,197	0,558	0,438

Fonte: Ipea, 2017.

Acompanhando a tendência verificada nos índices do urbano, em 2000 a maior diferença no rural estava na dimensão Capital Humano, em que mulheres negras apresentavam vulnerabilidade social 27% superior à verificada para mulheres brancas. Em 2010, o registro de maior diferença aparece na dimensão Renda e Trabalho entre mulheres rurais, em que o valor desta dimensão é 32% superior em relação às mulheres negras.

Em 2015, a diferença entre mulheres brancas e negras que residem em áreas urbanas aumentou para 59% na dimensão Capital Humano. Ainda nesta dimensão, entre as mulheres rurais a diferença continua menor, porém com leve aumento, registrando 35% em 2015. Para a dimensão Renda e Trabalho, a taxa de desigualdade entre mulheres negras e brancas no urbano teve pouca redução, mas se manteve acima de 50%. Esta diferença caiu entre mulheres negras e brancas no rural em 2015 para 29%. Destaca-se a redução da vulnerabilidade social observada na dimensão Infraestrutura Urbana entre 2000 e 2015. Neste período, a diferença entre mulheres negras e brancas passou de 40% para 0,4% em 2015.

Entre os homens, na análise do período de 2000 e 2010, as comparações mostram que a maior diferença registrada entre negros e brancos residentes em áreas urbanas foi na dimensão Renda e Trabalho, igual a 53% em 2000. Esta diferença ao longo dos anos seguintes, entre 2011 e 2015, mantém a tendência acima dos 50%. Ainda em áreas urbanas, destaca-se a redução da desigualdade na dimensão Infraestrutura Urbana, quando em 2000 a disparidade entre homens negros e homens brancos era de 42%, caindo para 4% em 2015.

Nas áreas urbanas, destacam-se os cruzamentos dos resultados para mulheres negras e homens brancos. Esta análise permite a avaliação da disparidade entre diferentes grupos sociais no Brasil, evidenciando a necessidade que o país tem de avançar na diminuição das desigualdades entre negros e brancos, bem como entre homens e mulheres. Em 2000, a maior diferença observada na comparação entre mulheres negras e homens brancos residentes em áreas urbanas estava na dimensão Renda e Trabalho, igual a 40%, disparidade que aumenta em 2015 para 46%.

6.2. IVS desagregado nas macrorregiões brasileiras

Por sua grande extensão territorial, o Brasil possui características regionais distintas que são expressas em manifestações particulares da vulnerabilidade social em cada macrorregião do país. O IVS das macrorregiões brasileiras traduz as grandes diferenças nas condições de vida de quem habita em cada uma das cinco macrorregiões do país.

Tabela 11: Valores do IVS e dimensões, por desagregação, macrorregiões, 2000-2010

		IVS				IVS Infraestrutura Urbana				IVS Capital Humano				IVS Renda e Trabalho			
		urbano		rural		urbano		rural		urbano		rural		urbano		rural	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
NORTE	mulher negra	0,571	0,392	-	-	0,533	0,332	-	-	0,614	0,424	0,887	0,719	0,566	0,418	0,659	0,613
	mulher branca	0,463	0,319	-	-	0,419	0,287	-	-	0,486	0,337	0,842	0,639	0,482	0,333	0,608	0,549
	homem negro	-	-	-	-	0,611	0,401	-	-	-	-	-	-	0,527	0,343	0,662	0,604
	homem branco	-	-	-	-	0,474	0,338	-	-	-	-	-	-	0,412	0,278	0,606	0,557
NORDESTE	mulher negra	0,547	0,392	-	-	0,395	0,263	-	-	0,610	0,433	0,853	0,643	0,636	0,481	0,741	0,618
	mulher branca	0,436	0,306	-	-	0,299	0,209	-	-	0,467	0,336	0,774	0,572	0,541	0,375	0,712	0,579
	homem negro	-	-	-	-	0,450	0,313	-	-	-	-	-	-	0,615	0,404	0,756	0,620
	homem branco	-	-	-	-	0,344	0,252	-	-	-	-	-	-	0,484	0,325	0,728	0,588
CENTRO-OESTE	mulher negra	0,495	0,330	-	-	0,429	0,334	-	-	0,542	0,347	0,793	0,540	0,515	0,309	0,593	0,434
	mulher branca	0,376	0,254	-	-	0,328	0,283	-	-	0,396	0,244	0,654	0,439	0,405	0,236	0,490	0,354
	homem negro	-	-	-	-	0,467	0,366	-	-	-	-	-	-	0,439	0,243	0,505	0,393
	homem branco	-	-	-	-	0,368	0,318	-	-	-	-	-	-	0,331	0,193	0,436	0,349
SUDESTE	mulher negra	0,483	0,355	-	-	0,439	0,401	-	-	0,512	0,331	0,745	0,537	0,497	0,334	0,664	0,485
	mulher branca	0,363	0,263	-	-	0,355	0,343	-	-	0,337	0,218	0,614	0,406	0,395	0,227	0,547	0,369
	homem negro	-	-	-	-	0,460	0,420	-	-	-	-	-	-	0,444	0,244	0,563	0,429
	homem branco	-	-	-	-	0,390	0,377	-	-	-	-	-	-	0,306	0,172	0,458	0,338
SUL	mulher negra	0,464	0,299	-	-	0,260	0,219	-	-	0,595	0,374	0,766	0,515	0,537	0,306	0,634	0,444
	mulher branca	0,312	0,202	-	-	0,176	0,160	-	-	0,379	0,241	0,532	0,362	0,380	0,205	0,505	0,360
	homem negro	-	-	-	-	0,276	0,233	-	-	-	-	-	-	0,46	0,229	0,598	0,420
	homem branco	-	-	-	-	0,213	0,195	-	-	-	-	-	-	0,302	0,160	0,502	0,369

Fonte: Ipea, 2017

Tabela 12: Valores do IVS e dimensões, por desagregação, macrorregiões, 2011-2015

		IVS				IVS Infraestrutura Urbana				IVS Capital Humano				IVS Renda e Trabalho			
		urbano		rural		urbano		rural		urbano		rural		urbano		rural	
		2011	2015	2011	2015	2011	2015	2011	2015	2011	2015	2011	2015	2011	2015	2011	2015
NORTE	mulher negra	0,317	0,303	-	-	0,223	0,206	-	-	0,372	0,347	0,527	0,486	0,357	0,355	0,454	0,368
	mulher branca	0,238	0,225	-	-	0,113	0,126	-	-	0,304	0,261	0,518	0,403	0,299	0,287	0,413	0,335
	homem negro	-	-	-	-	0,309	0,230	-	-	-	-	-	-	0,302	0,280	0,528	0,439
	homem branco	-	-	-	-	0,268	0,213	-	-	-	-	-	-	0,235	0,210	0,485	0,387
NORDESTE	mulher negra	0,324	0,303	-	-	0,182	0,175	-	-	0,376	0,350	0,523	0,501	0,414	0,385	0,489	0,407
	mulher branca	0,258	0,239	-	-	0,152	0,156	-	-	0,288	0,265	0,509	0,486	0,334	0,297	0,449	0,378
	homem negro	-	-	-	-	0,239	0,199	-	-	-	-	-	-	0,347	0,329	0,552	0,448
	homem branco	-	-	-	-	0,185	0,210	-	-	-	-	-	-	0,284	0,283	0,528	0,422
CENTRO-OESTE	mulher negra	0,279	0,277	-	-	0,289	0,316	-	-	0,296	0,267	0,411	0,348	0,254	0,247	0,261	0,241
	mulher branca	0,225	0,263	-	-	0,273	0,404	-	-	0,214	0,197	0,344	0,318	0,188	0,189	0,253	0,156
	homem negro	-	-	-	-	0,355	0,271	-	-	-	-	-	-	0,192	0,197	0,284	0,249
	homem branco	-	-	-	-	0,256	0,135	-	-	-	-	-	-	0,150	0,144	0,264	0,249
SUDESTE	mulher negra	0,289	0,283	-	-	0,316	0,313	-	-	0,271	0,238	0,404	0,370	0,281	0,298	0,434	0,366
	mulher branca	0,219	0,224	-	-	0,270	0,307	-	-	0,186	0,157	0,324	0,273	0,201	0,209	0,284	0,277
	homem negro	-	-	-	-	0,329	0,291	-	-	-	-	-	-	0,208	0,241	0,419	0,345
	homem branco	-	-	-	-	0,274	0,275	-	-	-	-	-	-	0,142	0,168	0,306	0,290
SUL	mulher negra	0,262	0,224	-	-	0,180	0,129	-	-	0,341	0,270	0,416	0,412	0,267	0,274	0,370	0,266
	mulher branca	0,165	0,165	-	-	0,100	0,141	-	-	0,215	0,174	0,295	0,240	0,180	0,181	0,272	0,247
	homem negro	-	-	-	-	0,193	0,242	-	-	-	-	-	-	0,209	0,204	0,389	0,296
	homem branco	-	-	-	-	0,113	0,164	-	-	-	-	-	-	0,150	0,140	0,340	0,203

Fonte: Ipea, 2017

A tabela 11 apresenta os resultados para o IVS nos anos 2000 e 2010. Nela se observa que a maior incidência de pessoas nas faixas de *muito alta* vulnerabilidade social nas dimensões Capital Humano é registrada em mulheres, sobretudo negras, que residem em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste. Em 2000, a maior diferença na dimensão Capital Humano estava entre mulheres negras rurais da região Nordeste e mulheres brancas rurais residentes na região Sul (40%). Embora houvesse diminuição nos resultados desta dimensão em todas as regiões, a diferença aumenta para 50%, em 2010. Na dimensão Infraestrutura Urbana, a maior disparidade é encontrada entre mulheres negras do Norte e mulheres brancas do Sul, igual a 67% em 2000 e a 52% em 2010.

Para os anos que correspondem ao período entre 2011-2015 (tabela 12) é possível observar que as macrorregiões brasileiras mantiveram a tendência de redução da vulnerabilidade social no IVS Capital Humano, **embora deva-se destacar que as mulheres negras residentes em áreas rurais no Nordeste nunca saíram da faixa de *muito alta* vulnerabilidade social**. A maior diferença (52%) continua nesta dimensão, na comparação entre mulheres negras rurais do norte do país e mulheres brancas rurais no Sul .

Da análise para os resultados observados para homens, ressalta-se que a maior diferença está na dimensão Infraestrutura Urbana em 2000, em que **homens brancos da região Sul apresentam 65% menor vulnerabilidade social em comparação a homens negros moradores da região Norte**. Em 2010 esta diferença foi de 51%. Na dimensão Renda e Trabalho em áreas urbanas, a disparidade entre homens negros da região Nordeste com relação a homens brancos da região Sul é de 51%, diferença que aumenta para 60% em 2010.

Para os anos analisados com base nas PNADs (2011-2015), o destaque não está exclusivamente nas diferenças percentuais, mas no desempenho dos resultados do IVS Renda e Trabalho nas áreas rurais do Centro-Oeste, onde, em 2015, todos os grupos encontravam-se entre as faixas de *muito baixa* e *baixa* vulnerabilidade social. Nessa mesma dimensão, observa-se que na região Sudeste, analisando exclusivamente os resultados para as áreas urbanas, houve o aumento dos valores para todos os grupos em 2015. Na dimensão Infraestrutura Urbana, com exceção das mulheres negras, todos os grupos apresentaram valores superiores de vulnerabilidade social na região Sul.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

